

Repensando o Conceito de Nação: uma Visão Geográfica a Partir das Teorias Não-Representacionais

Rethinking the Concept of Nation: a Geographical Proposal Based on Non-Representational Theories

Jörn Seemannⁱ
Ball State University
Muncie, EUA

Leonardo Luiz Silveira da Silvaⁱⁱ
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Salinas, Brasil

Alfredo Costaⁱⁱⁱ
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul
Caxias do Sul, Brasil

Resumo: Este artigo propõe-se à criação de um conceito de nação à luz das Teorias Não-Representacionais (TNR). As TNR permitem romper com as limitações das formas tradicionais de representação ao focar sua reflexão sobre as relações, processos, práticas e corporificações que se estabelecem entre actantes no espaço geográfico. O artigo adota uma perspectiva bibliográfico-analítica e utiliza os conceitos de afeto, *affordances* e *assemblages* para transitar na interface entre nação e não-representação de modo a explorar suas potencialidades e limitações. Ao final, propõe a noção de que as nações são resultantes de arranjos relacionais heterogêneos entre pessoas, coisas e outros seres vivos, cuja dimensão é efêmera e incompatível com os limites territoriais dos Estados-nação.

Palavras-chave: Teorias Não-Representacionais; Nação; *Assemblages*.

Abstract: This article proposes the creation of a concept of nation in the light of non-representational theories (NRT). NRT make it possible to overcome the limitations of traditional forms of representation by focusing their reflection on the relationships, processes, practices and embodiments that are established between actants in geographic space.

ⁱ Professor Associado do Departamento de Geografia e Meteorologia. jseemann@bsu.edu. <https://orcid.org/0000-0002-7105-4335>

ⁱⁱ Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFNMG. leonardo.silveira@ifnmg.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-7082-529X>

ⁱⁱⁱ Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFRS. alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-1735-6711>

The manuscript adopts a bibliographic-analytical perspective and uses the concepts of affect, affordances and assemblages to navigate the interface between nation and non-representation, its potentialities and limitations. In the end, it proposes the notion that nations are the result of heterogeneous relational arrangements between people, things and other living beings, whose dimension is ephemeral and incompatible with the territorial limits of Nation-States.

Keywords: Non-Representational Theories; Nation; Assemblages.

Introdução

Aquilo que chamamos de nação não existe? Essa provocação inicial alude ao título de um artigo emblemático do geógrafo cultural americano Don Mitchell (1995) que alegou que não existe aquilo que chamamos de cultura e propôs uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia. Mitchell desconstrói o conceito e convida a repensar o que se concebe como ideia de cultura, revelando muitos paralelos com o conceito de nação. Assim como Mitchell declarou sobre a reificação da cultura, percebe-se que o tratamento da nação como uma entidade descritível e consensualmente compreendida parece não condizer com pressupostos alinhados com as perspectivas relacionais e construtivistas que têm ganhado representatividade crescente na geografia. Nação não é uma “coisa” ou um organismo vivo, mas uma construção social baseada em ideias, visões de mundo e discursos que impede uma definição sem ambiguidade e não se resume em poucas palavras. A afirmação de Jan Penrose (2009) diagnostica a situação que aqui apontamos:

Nação é uma das palavras mais usadas e menos compreendidas na língua inglesa. Ironicamente, uma boa parte do poder e da resiliência daquilo que é chamado de nações decorre da ambiguidade associada ao conceito de nação ao longo do tempo, tanto no domínio acadêmico como no cotidiano. (PENROSE, 2009, p. 223, tradução nossa)¹

Se não existe aquilo que chamamos de nação, o que nos resta? Qual é a serventia desse conceito para os estudos geográficos? Essas perguntas servem como ponto de partida para esse artigo bibliográfico-analítico, com o intuito de repensar o conceito de nação na geografia a partir de uma abordagem alternativa, especificamente alicerçada nas Teorias Não-Representacionais, definidas como um conjunto de ideias, teorias e metodologias surgido em meados dos anos 1990 que enfatiza relações, processos, práticas e corporificações (*embodiments*) na vida sociocultural em detrimento das limitações de representações como forma de captar a realidade.

Cerca de 40 anos atrás, Benedict Anderson (2008 [1983]) se tornou uma expressiva referência nos estudos sobre nações e nacionalismo, desmistificando a tangibilidade material desses conceitos. Ele apontou que as nações seriam comunidades imaginadas, ou seja, construções sociais que produzem um senso de comunhão entre os que se entendem como pertencentes ao mesmo grupo. Em outras palavras, nações podem ser consideradas como “a maior coletividade autodefinida de pessoas cujos membros *acreditam*

que compartilham uma certa forma de associação territorial e são genealogicamente relacionados” (PENROSE, 2009, p. 223, grifo no original). Desta maneira, a compreensão do conceito de nação, analogamente à ideia de cultura de Mitchell (1999), vai além de meras representações e estereótipos e aponta para arranjos relacionais heterogêneos, isto é, configurações e conexões diversificadas, em lugares, tempos e escalas diferenciados. Por um lado, pode servir como uma espécie de moldura flexível a ser manipulada pelos poderosos, fazendo com que a categoria se torne uma ferramenta de controle e opressão. Por outro lado, a ideia de nação se constrói a partir da imaginação geográfica, capaz de evocar imagens e sentimentos coletivos que frequentemente alimentam o que Michael Billig (1995) define como nacionalismo banal: representações do dia a dia para animar identidades nacionais e nacionalistas que possam ser reproduzidas facilmente pelo Estado.

Sob essa premissa, aportes teórico-metodológicos tradicionais e convencionais que sustentam abordagens ontológicas talvez não consigam captar a envergadura daquilo que expressa uma nação. É importante notar que essa discussão transita nos domínios da materialidade e imaterialidade, da mente e da matéria, do afeto e da performance, que são à *prima facie* dicotomias rigorosamente apartadas. Vê-se, por intermédio do nosso escrutínio, que tais dicotomias são, na verdade, domínios essencialmente complementares, entrelaçados e indissociáveis. É notável que o pensamento relacional impõe instabilidade nos significados, semelhante ao que Thompson (1987) outrora argumentou sobre classes, que deveriam ser vistas como “relações”. O pensamento relacional oferece soluções importantes para os conceitos que são construídos coletivamente. É no seio do pensamento relacional – mais detidamente nos pressupostos das Teorias Não-Representacionais (TNR) – que buscamos soluções para a compreensão da ideia de nação.

Assim, o objetivo deste artigo é propor a construção da ideia de nação pelas vias das TNR, inferindo sobre as potencialidades e limitações dessa construção. Há de se destacar, inicialmente, que as TNR são uma corrente incipiente na geografia brasileira que floresceu na aurora do século XXI no mundo anglófono. Mesmo ampliando o foco para a geografia lusófona, trabalhos em língua portuguesa que abordam as TNR são escassos (SEEMANN, 2015; PAIVA, 2017; 2018; SILVA 2022; 2023).

Nossa estratégia discursiva neste artigo é uma revisão bibliográfica da literatura na interface entre nação e não-representação. Esse artigo contempla uma primeira parte dedicada a refletir sobre o conceito de nação considerando as mudanças paradigmáticas observadas no campo da geopolítica e da geografia nas últimas décadas. A segunda parte centra-se na apresentação dos pressupostos das TNR de forma a aplicá-los diretamente à discussão da nação para apontar possíveis caminhos na pesquisa.

Nação: um Conceito Elusivo

A geopolítica clássica tradicionalmente tratava os Estados e nações como entidades tangíveis que possuíam sua essência observável no plano material. Na segunda metade do século XX, outras correntes de interpretação – responsivas à efervescência epistemológica ocorrida não somente no seio da geografia como das ciências humanas em geral – passaram a reduzir paulatinamente o protagonismo dos Estados como chave interpre-

tativa (SILVA, 2018). Tal movimentação deslocou o âmago da interpretação geopolítica a atores sociais, outras escalas e ideologias alternativas que igualmente contribuem à construção da ideia de nação. No contexto da geografia, o geógrafo político John Agnew (1994) expôs as inadequações das elaborações tradicionais de interpretação geopolítica centradas nos Estados como unidades coesas e portadoras de vontade própria, que agiriam como personagens no sistema-mundo; a opção pelas abordagens tradicionais conduziriam os analistas à “armadilha territorial” (*territorial trap*), ou seja, levariam analistas geopolíticos a cometer avaliações errôneas ou incompletas por apostarem em uma metodologia que não condiz com as características atuais do mundo.

As tendências de transformação na análise geopolítica são interdisciplinares (extrapolam, portanto, a geografia) e em certos casos, notadamente no campo das relações internacionais, antecedem a aguçada crítica de Agnew (1994). Dentre os autores que ousaram a desafiar os paradigmas estadocêntricos destacam-se Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (2012[1977]), que formularam a Teoria da Interdependência Complexa; Kenichi Ohmae (1999), que passou a compreender que o Estado-nação perdeu a centralidade da explicação geopolítica para o Estado-região; Bertrand Badie que anunciou o fim dos territórios (BADIE, 1995) e das soberanias (BADIE, 1999); Francis Fukuyama (1992), que, por sua vez, compreendeu que vivemos em uma era de irrefreável hegemonia da democracia e do liberalismo; Immanuel Wallerstein (2002 [1995]), que, em oposição a Fukuyama, acredita que os novos tempos são de ruína liberal, e Samuel Huntington (1997) que considerou que os novos focos de tensão do pós-Guerra Fria seriam definidos por clivagens civilizacionais.

Devemos considerar o conceito de nação para além de sua reificação, como forma de nos desviarmos daquilo que Agnew (1994) chamou de armadilha territorial. A nação como conceito e ideia parece ter ganhado forma no Romantismo (HALINK, 2014), apesar de existirem vozes que apontam para uma origem anterior, localizada no medievo europeu (SMITH, 2008). Ernest Renan (1990), por exemplo, afirma que as nações são fenômenos relativamente novos na história da humanidade e que os antigos impérios não se configuravam – em nenhum ângulo de análise – como nações. O autor salienta que “a antiguidade clássica tinha repúblicas, reinos municipais, confederações locais e impérios, mas dificilmente se pode dizer que tinha nações em nossa compreensão do termo” (RENAN, 1990, p. 9). A mídia – revolucionada a partir das prensas de imprensa – destaca-se como pilar da consolidação da nação e do sentimento nacionalista: a partir do século XVIII tornou-se possível que uma mensagem comum chegasse à grande audiência. A leitura em massa dos jornais tornou-se uma forma de celebração coletiva da nação (HAMMETT, 2021) e – segundo Anderson (2008) – é uma das bases para a compreensão da nação como uma “comunidade imaginada”.

Neste contexto, sentimentos nacionalistas estabeleceram uma ligação entre uma nação e o espaço que habita. Um exemplo é a aprazibilidade paisagística de teor fortemente etnocêntrico, o que permitiu noções como: “nada é tão belo quanto o céu da Itália” ou “como é excepcional o horizonte da Grécia”. Essas noções são valorações que exprimem o sentimento de centralidade perante o mundo e aproximam as categorias nação, paisagem e lugar. Muitos mitos tornam-se indissociáveis das feições da natureza, fazendo com que seja fortalecida a territorialização simbólica. O monte Etna, localizado

na Sicília, é *locus* de mitos greco-romanos e se simboliza como marco identitário e paisagístico (BUXTON, 2016). Montes, rios, cavernas e florestas apresentam-se como palco de narrativas mitológicas que, para além de celebrar esteticamente a paisagem, inspiram valores éticos e morais construídos ao longo do tempo e lembrados por intermédio do particularismo das cosmologias.

Homi Bhabha considera que interseções que envolvem o tempo e o lugar constituem a “problemática experiência moderna da nação ocidental” (BHABHA, 1990, p. 293). Sabe-se que os tempos idos são muito importantes para a construção da nação. Trata-se da passagem do tempo que permite o reconhecimento e a glorificação das grandes sagas e a construção dos heróis e mitos nacionais. Concomitantemente, sabe-se que a nação se torna, na mente daqueles que a idealizam, um lugar que vive em um tempo homogêneo e vazio (CHATTERJEE, 2001). Por isso, é necessário considerar as imprecisões dos limites da nação imaginada que certamente podem não coincidir com o desenho político da colcha de retalhos territorial do sistema-mundo. A fluidez do espaço-tempo consagra-se como mais uma faceta do caráter imaginado da nação. Bhabha acrescenta a essa discussão que o povo, importante componente da nação, é um “corpo arcaico de uma massa despótica ou totalitária” (BHABHA, 1990, p. 294). Nação e povo são categorias que se apresentam como arbitrariedades que silenciam nuances identitárias. Assim como as narrativas, as nações perdem suas origens nos mitos do tempo e só plenamente realizam seus horizontes na mente das pessoas.

A ideia de Benedict Anderson (2008) de que a nação é uma comunidade imaginada pode ser um ponto de partida adequado para o estudo de nações porque atinge diferentes escalas e dimensões ao mesmo tempo. Segundo o autor, a nação “é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32). O autor desenvolve a ideia de que “qualquer comunidade maior do que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 33). A proposição de Anderson é amparada, aplicada e reinterpretada por muitos autores, como Kevin M. Doak (1997) em seu estudo sobre a evolução da ideia de nação japonesa. Para Doak, existe um desajuste entre a percepção da imagem da nação a partir dos seus nacionais comparativamente à imagem produzida pelos estrangeiros, o que já nos mostra que o imaginário acerca da nação não é composto por uma elaboração mental única. Pensando na particularidade da ideia de nação japonesa, Doak (1997) conclui que o mito da nação se edifica a partir de outras categorias imaginadas, como, por exemplo, a de etnia. No caso japonês há uma ideia comumente difundida de que a homogeneidade étnica do país é um dos trunfos nacionais; todavia, esquece-se que a própria ideia de etnia também é definida arbitrariamente. No período militarmente ativo da história do Japão moderno – precisamente na primeira metade do século XX – a ideia acerca da existência de uma nação étnica japonesa (*minzoku*) serviu a um discurso geopolítico que incluiu noções de coesão social e superioridade, e teve um papel afetivo relevante.

Há de se destacar que a ideia de comunidade imaginada também não é livre de críticas. Partha Chatterjee apresenta o seu principal ponto de discordância ao perguntar que “se os nacionalismos ao redor do mundo devem escolher e moldar sua comunidade

imaginada a partir de certas formas europeias e americanas já moduladas e disponíveis a eles, o que lhes resta imaginar?” (CHATTERJEE, 1993, p. 5). A problematização de Chatterjee já nos anuncia que a imaginação talvez não seja um ato tão livre como se possa inicialmente supor. Essa crítica fundamentada em pressupostos pós-coloniais penetra aparentemente nos meandros relacionais propostos pelas Teorias Não-Representacionais (TNR). As TNR são reconhecidas como capazes de estabelecer reflexões no interior da dimensão sociopolítica: o afeto – um dos seus conceitos basilares – é consistentemente percebido como um meio de manipulação (BARNETT, 2008), também no contexto da ideia de nação. Nigel Thrift (2004) argumenta que a descoberta de novos meios de praticar o afeto é também a descoberta de um novo meio de manipulação por parte dos poderosos. A dimensão imaginativa não é inerte: atua intensamente sobre o plano afetivo, interferindo na performance dos atores que se relacionam espacialmente.

É importante conceber que as abstrações sobre a paisagem – o arcabouço da nação (SILVA, 2021; SILVA, 2022) – e sobre a organização da vida social povoam a mente e afetam indivíduos, que reagem deixando suas marcas no espaço mediante crenças tomadas como certas. Os simbolismos expressos na paisagem são sinais da existência da crença em ordens imaginadas – incluindo a nação – e afetam continuamente as pessoas: vivemos cotidianamente sob o assédio de marcas espaciais inscritas. A paisagem, assim, apresenta-se como uma prensa capaz de marcar continuamente corações e mentes, mas ao mesmo tempo, traz marcas que revelam interpretações bem particulares oriundas das identidades. O processo dialético aqui descrito é inspirado em Berque (1984) que vê a paisagem como marca e matriz. Do ponto de vista relacional, o dinamismo paisagístico pode ser compreendido por meio das relações indissociáveis de afeto e performance.

Pensar a nação como comunidade imaginada não é somente travar um debate idealista. O afastamento da perspectiva exclusivamente materialista não tem no idealismo extremado uma resposta adequada. Se faz necessário intermediar mente e matéria, numa estratégia outrora já encampada pela nova geografia cultural. A ampla metaforização da paisagem, vista como teatro, carnaval, espetáculo (COSGROVE, 1989), artefato (BESSE, 2006), cinema (LUKINBEAL, 2005), biografia (MEREDITH, 1985), texto (ROWNTREE, 1986; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990) e intertexto (DUNCAN; DUNCAN, 1988; SILVA, 2021), permitiu entendermos como o plano material e as ideias se entrelaçam. Nas TNR é possível encontrar pressupostos que não somente aninham o plano material ao imaginativo, mas que nos permitem cotidianamente compreender como as relações entre pessoas, objetos, plantas e animais constroem afetiva e performativamente o espaço e, portanto, categorias como a nação. O pensamento em rede, não escalar e não cartesiano, nos permite pensar a nação em suas teias associativas. No sentido “não-representacional”, a nação é aquilo que as redes heterogêneas fazem dela. É o que nos motiva a apresentar no próximo tópico os pressupostos das TNR, aplicando-os à reflexão acerca da nação.

As Teorias Não-Representacionais (TNR) e as Nações

É fundamental ter em mente que a nação é uma representação no seu sentido mais amplo. Representa simbolicamente identidades, estruturas e valores confirmados ou

contestados, rejeitados ou inventados para gerar uma imagem e sensação de pertencimento geográfico. Nações podem ser territórios imensos ou apenas construções mínimas ou paradoxais como o caso de Gornja Siga, uma pequena área de sete quilômetros quadrados posicionada junto às margens de um trecho do Rio Danúbio, que se apresenta espremida entre a Sérvia e a Croácia e foi declarada independente em 2015 (RIDING; DAHLMAN, 2022). É um trecho de várzea visto como litigioso, apesar do aparente desinteresse sérvio. Criado por Vít Jedlicka, Gornja Siga – também conhecida como Liberland – é um assombro ao sistema-mundo. Alusões à sua existência soam como um lembrete acerca do caráter imaginativo de todas as nações. Ao desmitificar Gornja Siga, autoridades de outros Estados buscam utilizar argumentações que desqualificam a materialidade e a eternidade da ideia de Jedlinka. Ao fazerem isso, contudo, chamam a atenção para os mais atentos de que tais qualidades não estão presentes em lugar algum. Nações são representações e a evidência do seu caráter imaginativo pode bem ser trabalhada na dimensão da construção de teses não-representacionais.

As TNR floresceram em um contexto marcado pela crise das representações (DUNCAN; SHARP, 1993) na qual foi evidenciado um aumento da descrença quanto à capacidade da linguagem de refletir a realidade (CURRY, 1991). Os anos 1980 foram, nesse sentido, uma base importante para os seus pilares teóricos, visto que a década em questão assistiu ao desenvolvimento da teoria ator-rede (TAR), inserções pós-estruturais na geografia e a ascensão do pensamento dito pós-moderno. Tanto na TAR quanto na TNR, é acolhida a ideia de que o social não pode ser presumido (COWAN; MORGAN; MCDERMONT, 2009), e, portanto, não é adequada a consideração acerca da existência de um corpo social tangível, passível de descrição que seja definidora de sua essência. É importante notar que as TNR absorvem parcela do arcabouço teórico da TAR², incluindo o uso de um vocabulário comum.

O que dá sentido em pensar acerca da não-representação é justamente a dúvida quanto à capacidade das representações espelharem as relações entre os seres humanos. Até que ponto as conceituações tomadas como certas são de fato capazes de explicar o comportamento humano? Seriam as representações de fato consensuais e capazes de afetar homogeneamente os indivíduos? Se as interpretações acerca das representações – e as próprias representações sobre os mesmos fatos – são múltiplas, como lidar com o árduo terreno da comunicação? São questionamentos que fazem os geógrafos buscarem praticar a “geografia do que acontece” (THRIFT, 2008). Edward Thompson (1987) mostrou-se cético quanto às representações tomadas como certas e cravou que as classes deveriam ser vistas como relações. Essa postura não difere muito da procura em praticar a geografia do que acontece. Parte-se do pressuposto que a tangibilidade do mundo se dá nas práticas cotidianas. É importante dizer que isso não significa ignorar as abstrações, dentre as quais as crenças ideológicas e a formação de valores; mas significa pontuar que a vida cotidiana é eficaz para apontar as relações entrelaçadas entre mente e matéria. É o cotidiano que se mostra capaz de evidenciar a vida relacional. É no seio dos métodos de pesquisa que buscam compreender o cotidiano que os entrelaces entre o afeto e a prática são elucidados. Assim, a busca obsessiva pelas práticas cotidianas está diretamente ligada ao rompimento com as tradicionais formas de lidar com as representações, pois tais práticas irão revelar as formas muito distintas de relações que esfacelam as considerações ontológicas das categorias.

Cunhado pelo geógrafo inglês Nigel Thrift em meados dos anos 1990, o termo TNR não consiste em teorias propriamente ditas, mas deve ser visto como uma chave de interpretação para se ler o espaço como palco de relações entre os seres humanos, animais e objetos. O que distingue essa abordagem de outras é que se trata de uma

tentativa de inventar novas maneiras de abordar questões sociais fundamentais e, ao mesmo tempo, deslocar muitas dessas questões para novas áreas e problemas. Ao fazê-lo, acreditamos ter multiplicado “sinais de existência”, ajudando a introduzir todos os tipos de novos atores, forças e entidades nos relatos geográficos e, ao mesmo tempo, auxiliando na invenção de novos modos de escrever e encaminhar novos estilos de realizar relatos geográficos. (ANDERSON; HARRISON, 2016, p. 2, tradução nossa)³

Devido à sua complexidade e heterogeneidade, não cabe aqui apresentar as TNR em detalhe e na sua envergadura completa. Com base nos princípios centrais dessa abordagem definidos por Thrift (2008, p. 5-18), enfocamos as ideias que se relacionam mais com o conceito de nação: estudos que se apoiam nas TNR⁴ se fundamentam em observações empíricas de sensações e percepções da vida cotidiana, dão uma ênfase às práticas corporais das pessoas, investigam o entrelaçamento entre pessoas e “coisas” e animais, possuem um caráter performativo (experiências e experimentações) e consideram a dimensão emocional da vida (afeto e sentidos).

Na literatura sobre as TNR, é destacado o uso do termo *actante*, que se refere a atores humanos e a elementos não humanos que se entrelaçam nas redes. Ademais, é ressaltado um vocabulário próprio que inclui diversos conceitos-chave que norteiam as pesquisas com base nas TNR e que serão apresentados em seguida: *afeto*, *affordance* e *assemblage*.

Afeto

O afeto é um conceito elusivo (BONDI, 2005; BARNETT, 2008; PILE, 2010; ANDERSON, 2017) e muitas vezes é confundido com emoções. O afeto pode englobar as emoções, mas é uma construção cognitivo-emocional que guia a nossa forma de ver o mundo e inspira as nossas performances (atuações). Potencialmente somos capazes de afetar e sermos afetados. É plausível considerar que o afeto é uma condição permanente que paira sobre a vida relacional. Desse modo, podemos sintetizar que o afeto é uma camada da existência corporificada (*embodied existence*) e apresenta-se duplamente localizado: primeiramente, no campo relacional “em-entre” (*in-between*) corpos e, segundo, no nível abaixo da consciência intencional (BARNETT, 2008). Estas duas localizações se entrelaçam.

Uma parcela do afeto está centrada no subconsciente, fato que faz com seja impossível descrevê-lo. Justamente por isso, Nigel Thrift (2004) argumenta que a descoberta de novos meios de praticar o afeto é também a descoberta de um novo meio de manipulação por parte dos poderosos. Afinal, as causas e consequências afetivas podem não estar muito bem esclarecidas. Como exposto, o afeto influencia severa-

mente a nossa performance, materializando-se por meio de práticas corporificadas (*embodied practices*) (MACPHERSON, 2010), que passam, por sua vez, a serem manifestações do afeto que atingem outros corpos. A expressão *embodied practices* é muito presente na bibliografia das TNR e significa que podemos ver parte importante do afeto por intermédio da performance das pessoas. É como se o afeto – imaterial por concepção – possuísse corpos. Assim, nas TNR, é dada grande importância aos corpos, pois estes são os veículos do afeto e, conseqüentemente, dos subprodutos afetivos: paixões, emoções, intensidades e sentimentos (THRIFT, 2008). Afeto e performance são conceitos que precisam ser vistos em conexão (VANNINI, 2015a), pois, “as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (HUTTA, 2015, p. 296).

O conceito de afeto é muito útil para pensarmos a nação. Sabe-se, por exemplo, que a nação entrelaça o reino animal e as pessoas. Por exemplo, as cédulas atualmente em circulação no Brasil, selos postais (BRUNN, 2000; RAENTO; BRUNN, 2008; FULLER, 2015), cartões postais (MARSH, 1985; VAN EEDEN, 2011) e moedas (LEIB, 2011; PENROSE, 2011) em muitos países consistem em veículos do nacionalismo banal (BILLIG, 1995). No caso brasileiro, as cédulas estampam animais endêmicos da fauna nacional. Em meio a esse debate, é de se destacar que a natureza não se define, como destacou Simon Schama (2009) dentre muitos outros. Por isso, não causa espanto existir uma série de sistemas classificatórios que recaem sobre seus elementos. Em meio às concepções arbitrárias e imaginativas que repousam sobre a ideia da nação, seria uma blasfêmia para muitos brasileiros a consideração da possibilidade de o mico-leão dourado ser argentino. O termo nacionalismo banal se refere às ações de teor nacionalistas que são implícitas, apesar de estarem presentes no cotidiano das pessoas. A imagem metonímica do nacionalismo banal não é uma bandeira erguida e agitada com paixão intensa – é a de uma bandeira discretamente pendurada em um prédio público (YUMUL; ÖZKIRIMLI, 2000). No contexto do nacionalismo banal, o caráter implícito e relacional do afeto é uma temática familiar aos pressupostos das TNR.

O afeto envolto na ideia da nação também envolve as pessoas, objetos inanimados, vegetais e feições da natureza em uma rede de significados que ajudam a construir o sentido nacional. Certas feições da paisagem tornam-se, mundo afora, indissociabilidades espaço-nacionais; o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro exala brasilidade enquanto que o Monte Fuji e o Rio Ganges *japonesidade e indianidade*, respectivamente. Nos Estados Unidos, um monte sagrado para o povo Sioux Lakota foi ressignificado e incorporou simbolicamente o mito nacional ao ponto de ter sido transformado fisicamente. Como resultado deste processo, o Monte Rushmore traz consigo o rosto de quatro ex-presidentes norte-americanos. A arquitetura vernacular alude à nação, como é o caso das torres de vento barenitas em Manama e cercanias (DAYARATNE, 2012), dos característicos adornos butaneses em torno das janelas na cidade capital de Timphu, dos iglus em Nunavut no Canadá setentrional e do design histórico de Timbuctu.

Dentre os artefatos produzidos pelo homem, as bandeiras mostram um grande potencial afetivo. Bandeiras nacionais são frequentemente tratadas como sagradas e são cercadas de culto. Em alguns países a bandeira nacional possui seu próprio festival, como ocorre no dia 14 de junho nos Estados Unidos e no 2 de maio na Polônia

(JASKULOWSKI, 2016). Na lei americana consta um código de procedimentos vinculados à bandeira com notável grau de especificidade. Em muitos países, como na Argentina, Áustria, Alemanha, Polônia, Romênia, Turquia e Índia, atos públicos de destruição ou mutilação da bandeira são definidos por lei como insultos e são criminalizados. Ademais, narrativas épicas podem estar diretamente vinculadas às bandeiras nacionais. Sabe-se que na Dinamarca há um discurso que concebe a bandeira do país como a mais antiga dentre as bandeiras nacionais contemporâneas. De acordo com a mitologia nacional dinamarquesa, a bandeira caiu do céu no século XIII durante a batalha de Lyndanisse que até então tinha desdobramentos desfavoráveis para os dinamarqueses. O rei dinamarquês Valdemar II capturou a bandeira antes que ela tocasse ao chão, empunhou-a restaurando animicamente o moral do seu exército, que foi capaz de derrotar o exército estoniano rival (JASKULOWSKI, 2016).

No reino vegetal, o cedro estampa a bandeira libanesa, a cerejeira é a árvore nacional japonesa e a tulipa a flor nacional holandesa. Na Palestina, o cacto – chamado em árabe de *saber* – se entrelaça esplendidamente com a sociedade e com a nação imaginada: tratava-se de um elemento dominante na Palestina histórica, usado como um delimitador de propriedades. Construiu-se em torno do cacto uma simbologia que transmitia a associação do vegetal com a virtude da paciência. Na Palestina, quando pessoas estão em dificuldade, não é incomum ouvir o mantra “*saber as-sabbar*”, que significa “a paciência do cacto” (ABUFARHA, 2008). Os exemplos dos entrelaces entre elementos humanos e não humanos em torno da ideia nacional são tão abundantes que se torna uma tarefa difícil selecionar alguns para incorporar nossa narrativa.

Em determinados períodos, as relações entre sociedade, Estado e paisagem em torno da ideia mítica acerca da nação podem se tornar muito intensas. É o que ocorre nos períodos em que países recebem grandes eventos internacionais, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de futebol. No Brasil, nem é necessário que o país seja a sede da Copa do Mundo para que possa se notar nas grandes cidades uma profusão de bandeiras e as cores verde e amarela cobrindo muros e até mesmo as ruas. Angharad Closs Stephens (2016) chamou este fenômeno temporário de atmosferas afetivas [*affective atmospheres*] do nacionalismo, em seu estudo que avaliou o afeto durante as Olimpíadas de Londres realizadas em 2012. Para Marco Antonsich e Michael Skey (2023), as atmosferas afetivas precisam ser vistas por intermédio da ideia de nacionalismo banal de Billig; todavia, as atmosferas afetivas podem se apresentar em distintas gradações.

A sutileza nacionalista que muitas vezes vem à nossa mente quando pensamos no nacionalismo banal, constituída de elementos discretos compondo paisagens ordinárias, pode muito bem ser substituída pela presença marcante de elementos nacionais que compõem uma “atmosfera nacional densa”. É interessante o apontamento de Shanti Sumartojo (2016), que salientou que o simbolismo arquitetônico – assim como o contexto paisagístico dos memoriais – contribui sobremaneira para a construção de uma atmosfera afetiva que intensifica a experiência dos rituais. Não se faz necessário conhecer profundamente as intencionalidades simbólicas de um monumento para ser afetado pelo texto que o seu sistema simbólico carrega. Parece ser este um apontamento muito relevante para compreendermos o mecanismo afetivo das atmosferas de afeto nacionalista.

Affordance

O conceito de *affordance* refere-se justamente à possibilidade de relação entre organismos e objetos que ocorre por intermédio de estímulos dos segundos nos primeiros (PAIVA, 2017). *Affordance* designa “a qualidade de um objeto que convida e permite que se faça algo com ele” (INGOLD, 2012, p. 28). Parte-se da crença de que as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam e, então, “os objetos ‘agem de volta’ e fazem com que elas façam ou permitem que elas alcancem aquilo que de outro modo não conseguiriam” (INGOLD, 2012, p. 33).⁵ A relação entre pessoas e objetos pode ser tão intensa ao ponto de os objetos serem proximamente estimados como extensão dos corpos das pessoas que os utilizam. É de se imaginar a relação estabelecida entre uma pessoa situada em um terreno amplo e pedregoso e o seu calçado, como extensão do próprio corpo.

Em outro exemplo, carros transformam pessoas em trajetórias puras. As autoestradas podem se tornar palco de uma suspensão da consciência como se os automóveis tivessem pilotos-automáticos. Nesse sentido, o interior do carro torna-se um não espaço por meio de sua condição de insularidade frente ao mundo exterior. A paisagem da estrada é “espaçada no para-brisa, desprovida de detalhes, não se constituindo mais como um mundo de objetos, mas um cenário achatado em um presente perpétuo e indiferenciado” (EDENSOR, 2003, p. 153). Nesse sentido, o homem-bandeira nacional, ou seja, um indivíduo que empunha a bandeira e a agita por intermédio do seu esforço, não é mais somente um homem e tampouco a bandeira é sinônimo de um punhado de tecido. Tornam-se por meio da *affordance* um fenômeno interativo que produz um significado novo e poderoso. De forma similar, podemos pensar nas pessoas condecoradas com medalhas ou títulos honoríficos nacionais simbolizados em objetos cerimoniais. É de se considerar que tais objetos têm o potencial de elevar os agraciados a um outro patamar social.

Assemblage

Os pressupostos das TNR consideram a possibilidade de vermos espacialidades instáveis, de limites flutuantes e tênues presumidos mediante a complexidade de fluxos, formalizando espécies de agrupamentos de fluxos (entendidos aqui como relações que envolvem atores heterogêneos), chamados na literatura estrangeira anglófona de *assemblages*. O conceito tem tido uso crescente na geografia; seus usos e fontes utilizadas nos estudos geográficos têm apresentado expressiva variação (MCFARLANE, 2009). Nota-se que o conceito em questão é utilizado em diversos campos do saber. Na arqueologia, por exemplo, o termo é usado para se referir a um grupo de diferentes artefatos que se associam e são encontrados em um sítio. Na ecologia o sentido é similar, referindo-se a uma comunidade de espécies vivendo em um dado espaço e tempo. Já nas artes, o termo é utilizado em um sentido um pouco mais afastado, sendo, muitas vezes, tido como sinônimo de pastiche. Pode referir-se, assim, a obras artísticas que reúnem elementos distintos (ANDERSON *et al.*, 2012).

Podemos definir as *assemblages* como uma coleção de relações envolvendo entidades heterogêneas e que perduraram durante algum tempo (MÜLLER; SCHURR, 2016) ou como “montagem de elementos específicos que determinam a ação social através do

seu relacionamento” (PAIVA, 2017, p. 163). Isto significa considerar as relações entre atores humanos e não humanos. Por isso, também substancia o arcabouço das TNR na chamada geografia mais-que-humana (*more-than-human geography*), que tem no centro de suas premissas a ideia de que a vida humana só pode ser compreendida se analisada de forma emaranhada com elementos não humanos (PITT, 2015), o que inclui a relação humana com objetos, plantas e animais, como já vimos. Os métodos associados à perspectiva trazida pelo conceito de *assemblage* distanciam-se das formas positivistas de elaboração, consistindo em experimentações qualitativas que visam compreender como se dão as associações heterogêneas entre actantes (humanos e não humanos) (DAVIES; DWYER, 2007). As *assemblages* são definidas como um todo no qual as propriedades emergem por intermédio das relações entre as partes. Por exemplo, os significados e as funções dos objetos apenas são construídos quando estes são inseridos nas redes de relações entre actantes (EDENSOR, 2005). Nas *assemblages*, indivíduo e o todo se entrelaçam: o todo é impactado pelo indivíduo e este impacta o todo.

É importante destacar que a reflexão emanada pelo conceito de *assemblage* retira a importância da escala, pois a distância métrica pode não interferir nas relações entre os atores interconectados. Uma *assemblage* pode representar diferentes sistemas em diferentes escalas, por exemplo, redes interpessoais, cidades, mercados ou nações. A ideia das *assemblages* é positiva ao transmitir a noção da complexidade social irredutível do mundo, tornando-se, assim, “alternativas às totalidades orgânicas ou estruturais postuladas pela ciência social clássica” (ESCOBAR, 2007, p. 107). O termo passou a ser utilizado no contexto das crescentes críticas à estabilidade do estruturalismo e da rigidez das categorias e de adjetivações antagonicas (VENN, 2006). A princípio, a ideia de *assemblage* pode denotar a tentativa de reificação de uma rede; mas a instabilidade relacional e afetiva no interior das *assemblages* são incondizentes à suposta reificação.

Para Jason Dittmer (2014), os atores que compõem as *assemblages* não podem ter suas funções reduzidas na participação do todo, visto que, sem dúvida, tais atores participam de múltiplos “todos” em um dado momento. É possível dizer que *assemblage* é uma nomenclatura que alude a um conjunto de trajetórias que se cruzam ou se engajam em diferentes extensões no espaço-tempo (FEATHERSTONE, 2011). Essas trajetórias vão muito além dos domínios de uma *assemblage*, penetrando em outros campos relacionais. John Allen (2012) pontua que muitas das relações que entrelaçam atores em um lugar são externas àquilo que é comumente identificado como *assemblage*. Em suas palavras, “a maneira pela qual os conjuntos se mantêm juntos sem realmente formar totalidades coerentes pode ser atribuída a uma geografia relacional que é, parcialmente, constituída de partes de outros lugares” (ALLEN, 2012, p. 192). Esta é outra forma de expressar aquilo de que muitos autores tratam ao falar sobre a indissociabilidade entre local/global que permitiu a ascensão do termo glocalização. Allen prossegue argumentando: “é precisamente por essa razão que o binarismo local/global tem tão pouca importância dentro das *assemblages* assim como a divisão entre macro e micro” (ALLEN, 2012, p. 193).

Em que medida podemos considerar que as nações são *assemblages*? Em nações sem Estado, movimentos nacionalistas adormecidos podem se revigorar mediante a percepção de ameaça à existência da nação. Por exemplo, o ambiente de insegurança dos curdos na Turquia, Síria e Iraque certamente colaborou para o reavivamento e mobili-

zação do nacionalismo curdo. Enquanto bascos e *quebecois* geralmente discutem as ameaças que pairam sobre sua língua e cultura, curdos experimentam um alto grau de insegurança material e imaterial que vai muito além do ataque aos seus costumes (IÇDUYGU; ROMANO; SIRKECI, 1999). Ações temporalmente espaçadas como os ataques de Saddam Hussein aos curdos do Iraque e as perseguições sofridas pelos curdos na Turquia colaboram – paradoxalmente ao olhar de quem os persegue – para que a latência do nacionalismo curdo se torne organização e militância. É a solidariedade que une os nacionais. Não é incomum pessoas torcerem para esportistas que jamais ouviram falar, praticantes de esportes individuais transmitidos pela televisão, devido ao fato de que representam o seu país. A nação apresenta-se como uma solidariedade de grande escala, constituída pelo sentimento do sacrifício dos antepassados e daqueles que ainda estão dispostos a se martirizar pela sua ideia; pressupõe um passado, apesar de ser sintetizada no presente por fatos tangíveis, nomeáveis e consentidos, que constituem os claros desejos expressos de uma vida em comum (RENAN, 1990).

Sabe-se que a escala da *assemblage* de acordo com as TNR não é bem definida e, no caso da nação, isso também é observável. Os actantes se envolvem em redes bem mais amplas do que os limites do Estado-nação podem sugerir. John Agnew (1994) já havia apontado que o pensamento relacional estava desafiando a velha ordem de análise geopolítica, baseada nas seguintes premissas: o Estado como unidade fixa de espaço soberano, como recipiente que guarda sociedades e a existência de uma polaridade envolvendo o ambiente doméstico e o internacional. Isso significa dizer que faz mais sentido, em substituição ao tradicional pensamento geopolítico, considerar que a ideia de nação é formulada e reformulada por relações de interioridade e exterioridade que se entrelaçam. Não significa dizer que os limites do estado-nação não afetam a ideia nacional. Pelo contrário, tais limites possuem grande potencial afetivo. Todavia, não definem a nação.

É importante observar que uma bolha retificadora das características nacionais pode se formar mesmo que uma parcela expressiva dos nacionais, em um dado momento do tempo, não reconheça as características que são atribuídas à nação: japoneses como matemáticos natos, franceses que não apreciam banhos, britânicos pontuais e iemenitas terroristas são ideias que circulam e interferem afetivamente na concepção da nação. Edward Said (2007) destacou a possibilidade do árabe se ver não como suas tradições ditam, mas a partir dos estereótipos construídos pelos *outsiders*. Não significa que as relações entre os não nacionais e nacionais determinam a ordem imaginativa, mas mostra que é um afeto de escala indefinida que precisa ser levado em conta. Há de notar que as feições paisagísticas externas ao contorno do território-nacional podem integrar o seu corpo espacial-imaginativo, como podemos exemplificar a partir do lago Kinneret – Tiberíades para os árabes-palestinos – e que possui controle atual israelense. Na ótica de parte dos árabes-palestinos, o lago possui importância para além da econômica, penetrando no domínio simbólico. A distinta toponímia frente ao nome de batismo israelense atesta esse fato. O mesmo acontece em diversas outras áreas litigiosas, como ocorre com o lugar ocupado pelas ilhas Malvinas no imaginário argentino.

Tal como ocorre com uma *assemblage*, a nação precisa ser entendida como um arranjo relacional heterogêneo dentre múltiplos que se entrecruzam em uma mesma espa-

cialidade (FEATHERSTONE, 2011; DITTMER, 2014). Isso significa dizer que os actantes partícipes da *assemblage* nacional atuam concomitantemente em outras *assemblages*. Basta pensar que o arranjo relacional da nação indiana – assim como diversos outros exemplos poderiam ser apresentados – é atravessado por planos concomitantes de outras bases relacionais. Certamente na Índia, o arranjo relacional hindu difere muito do muçulmano. Apesar disso, o plano relacional que constrói a nação indiana inclui muitos elementos presentes nas *assemblages* religiosas aqui citadas. É interessante pensar que a *assemblage* nacional não elimina diferenças religiosas – assim como ocorre com quaisquer outras diferenças – mas se constitui a partir delas. Em um arranjo relacional heterogêneo é o todo que precisa ser compreendido, visto que as partes são incapazes de representar isoladamente o conjunto.

Considerações Finais: Rumo a Estudos “Não-Represen(t)acionais”

O objetivo deste artigo era refletir criticamente sobre o potencial das TNR para a releitura do conceito de nação, o que foi realizado por intermédio de uma análise da literatura existente dessa abordagem (aportes teórico-metodológicos e estudos empíricos) e uma ênfase nos conceitos-chave afeto, *affordance* e *assemblage*. É necessário considerar as TNR como herdeiras do pensamento relacional, em substituição a uma velha tradição que enxerga a sociedade e a política como esferas separadas. Assim, é impossível apartar as TNR da chamada virada relacional (*relational turn*) na geografia, que propõe que as relações substituam o pensamento que considera corpos estáveis como “a sociedade” ou “o território” como bases da reflexão política (JONES, 2009). É necessário enfatizar que o espaço relacional, alvo da reflexão das TNR, se opõe à ideia do espaço cartesiano. Visto a partir da perspectiva identitária, o espaço apresenta-se relativo, alongando-se ou comprimindo-se ao sabor das elaborações da mente, que são, por sua vez, influenciadas pela experiência humana relacional.

Como Thrift outrora assumiu, a manipulação do afeto pode se constituir como uma arena importante para a política de poder. Como o Estado é um partícipe efetivo do arranjo das redes em sua base territorial e para além dela, a configuração dessas redes apresenta-se como um veículo do afeto e um elemento que não pode ser desconsiderado na política entre Estados. Sabe-se, todavia, que o afeto é um conceito elusivo. Isso nos exige pormenorizar as oscilações dos seus efeitos entre indivíduos e coletividades. Em outras palavras, não é possível hierarquizar com acuidade o afeto. Como consequência, reflexões sobre o afeto em âmbito geopolítico devem se afastar das análises clássicas e ortodoxas, mirando em alternativas pós-positivistas de abordagem.

A noção trazida pelo conceito de *affordance* evidencia um trânsito permanente entre a materialidade e a imaterialidade: o piloto-no-caça, o militar-hierarquicamente-situado, o civil-condecorado e o torcedor-com-a-bandeira são exemplos de expressões que aludem à junção entre as dimensões simbólica, técnica e o empoderamento do sujeito. No âmbito do sentimento de pertencimento à nação – uma comunidade imaginada permanentemente ávida por reconhecimento – dissemina-se uma plethora de elementos à disposição daqueles que acreditam em sua existência e que são capazes de dar outros contornos à agência humana. Por esta razão, as estratégias associadas àquilo que Mi-

chael Billig (1995) chamou de nacionalismo banal constituem-se como mecanismos de autodefesa do ente-nação, lembrando, mesmo aos olhos dos mais descuidados, de sua existência ontológica.

A ideia de nação como uma *assemblage* evidencia que os arranjos relacionais heterogêneos entre pessoas, coisas e outros seres vivos não possuem sua dimensão espacial exatamente compatível com os limites dos Estados-nação. Assim, em certas áreas situadas no interior de um território, a ideia de nação pode ser mais frágil do que em áreas adjacentes que estão situadas no espaço exterior aos limites do Estado. Essa incongruência entre nação e território exige abordagens interpretativas que não caiam na armadilha territorial (*territorial trap*) (AGNEW, 1994) ao considerar Estados como entidades coesas e, portanto, personificações indevidas tratadas como sujeitos absolutos da política internacional. Assim, mostra-se como potencialidade do pensamento em rede a capacidade de refletir que as relações orientadas pela crença acerca da existência da nação podem ultrapassar os limites dos Estados-nação ou, ainda, se mostrar frágeis ou incipientes em determinadas porções do território.

Nas TNR, a materialidade e imaterialidade se entrelaçam. O mundo material e social afeta a dimensão cognitiva-emocional que, de retorno, por meio de práticas corporificadas, age sobre o mundo material. É uma perspectiva similar à trajeção *berqueniã* que é um processo no qual “o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o homem para, indefinidamente, humanizá-lo de volta e assim por diante” (BERQUE, 2017, p. 6).

Ainda que as TNR exibam grandes desafios para a transposição teórica com vistas às aplicações práticas, vislumbramos grandes potencialidades para lidar com a abordagem ontológica da nação, permitindo reflexões que aludem à natureza fluída e assimétrica. Antonsich e Skey (2023), com os quais estamos de acordo, argumentam que é necessário pensar como os conceitos-chave são definidos e operacionalizados de modo a possibilitar analisar questões relativas ao poder e à diferença, sob o risco de a teoria ofuscar em vez de iluminar o próprio objeto de sua investigação. A transposição do debate das TNR do epistemológico para o empírico não é simples e apresenta – nas inúmeras tentativas registradas até então na literatura anglófona – uma plethora de metodologias e estratégias discursivas.

O pressuposto do caráter socialmente construído da nação permite nos livrarmos dos vícios das abordagens tradicionais que lidavam com o seu conceito a partir de um viés indevidamente rígido. A pouca amplitude e a fixidez cronológica do conceito de nação parece ser um problema que remonta às origens do sistema internacional de Estados. Todavia, hodiernamente, a abordagem tradicional certamente enfrenta desafios que são compatíveis com a paulatina porosidade das fronteiras e com o descolamento entre a ideia de nação e sua base territorial. Desta maneira, repensar nação, Estado-nação e nacionalidade pela ótica das TNR pode abrir espaço para um debate inovador “não-represen(t)acional” (tirando o t da representação) que visa compreender a nação a partir de emoções, performances e subjetividades. Encontramos em Phillip Vannini (2015b) uma síntese do que pensamos: as tentativas mais-que-representacionais brotaram em meio à vontade incontrolável de experimentar, falhar e aperfeiçoar. Por isso, é desejável

que os interessados em transcender os limites do representacionalismo quebrem regras, pensem, sintam e escrevam de maneira não convencional. Nesse sentido, nunca devem ter medo de ser um pouco irritantes.

Referências Bibliográficas

ABUFARHA, N. Land of symbols: cactus, poppies, orange and olive trees in Palestine. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 15, n. 3, p. 343-368, 2008.

ADAMS-HUTCHESON, G. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. *Social & Cultural Geography*, v. 20, i. 7, p. 1004-1023, 2019.

AGNEW, J. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.

ALLEN, J. L. Topological twists: Power's shifting geographies. *Dialogues in Human Geography*, v. 1, n. 3, p. 283-298, 2011.

_____. A more than relational geography? *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, p. 190-193, 2012.

ANDERSON, B. Practices of judgement and domestic geographies of affect. *Social & Cultural Geography*, v. 6, n. 5, p. 645-659, 2005.

_____. Affect. In: RICHARDSON, D.; CASTREE, N.; GOODCHILD, M. F.; KOBAYASHI, A.; LIU, W.; MARSTON, R. (eds.) *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*, p. 16-18. Chichester: John Wiley & Sons, 2017.

_____; KEARNES, M.; MCFARLANE, C.; SWANTON, D. On assemblages and geography. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, p. 171-189, 2012.

_____. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____; HARRISON, P. The promise of non-representational theories. In: ANDERSON, B.; HARRISON, P. (eds.) *Taking-place: non-representational theories and geography* Londres: Routledge, 2016. p. 1-34.

ANTONSICH, M.; SKEY, M. Affective nationalism: Issues of power, agency and method. *Progress in Human Geography*, v. 41, i. 6, p. 843-845, 2023.

BADIE, B. *O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. *Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BARNETT, C. Political affects in public space: normative blind-spots in non-representational ontologies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 33, n. 2, p. 186-200, 2008.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique por une géographie culturelle. *L'Espace Géographique*, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

_____. A cosmofoania das realidades geográficas. *Geograficidade*, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017.

BESSE, J-M. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BHABHA, H. K. DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. In: BHABHA, H. K. *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990. p. 291-322

BILLIG, M. *Banal nationalism*. Londres: Sage Publications, 1995.

BISSELL, D. Obdurate pains, transient intensities: affect and the chronically pained body. *Environment and Planning A*, v. 41, i. 4, p. 911-928, 2009.

BONDI, L. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, n. 4, p. 433-448, 2005.

BRUNN, S. D. Stamps as iconography: celebrating the independence of new European and Central Asian states. *GeoJournal*, v. 52, n. 4, p. 315-323, 2000.

BUXTON, R. Mount Etna in the greco-roman imaginaire: culture and liquid fire. In: MCI-NERNEY, Jeremy; SLUITER, Ineke (eds.). *Valuing landscape in classical antiquity: natural environment and cultural imagination*. Leiden and Boston: Brill, 2016. p. 25-45

CADMAN, L. Nonrepresentational Theory/Nonrepresentational Geographies. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (eds.). *International Encyclopedia of Human Geography*. 1st ed. Oxford: Elsevier, 2009. p. 456-463

CHATTERJEE, P. *The nation and its fragments*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

_____. The nation in heterogeneous time. *The Indian Economic & Social History Review*, v. 38, n. 4, p. 399-418, 2001.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. New directions in cultural geography. *Area*, v. 19, n. 2, p. 95-101, 1987.

_____. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. *Progress in Human Geography*, v. 13, n. 4, p. 566-575, 1989.

_____. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. *Landscape Research*, v. 15, n. 3, p. 1-6, 1990.

COWAN, D.; MORGAN, K.; MCDERMONT, M. Nominations: an actor-network approach. *Housing Studies*, v. 24, n. 3, p. 281-300, 2009.

CURRY, M. Postmodernism, language, and the strains of modernity. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 81, n. 2, p. 210-228, 1991.

DAVIES, G.; DWYER, C. Qualitative methods: are you enchanted or alienated? *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 257-266, 2007.

DAYARATNE, R. Landscapes of nation: constructing national identity in the deserts of Bahrain. *National Identities*, v. 14, n. 3, p. 309-327, 2012.

DITTMER, J. Geopolitical assemblages and complexity. *Progress in Human Geography*, v. 38, n. 3, p. 385-401, 2014.

DOAK, K. M. What is a nation and who belongs? National narratives and the ethnic imagination in twentieth-century Japan. *The American Historical Review*, v. 102, n. 2, p. 283-309, 1997.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (Re)reading the landscape. *Environmental and Planning D. Society and Space*, v. 6, n. 2, p. 117-126, 1988.

DUNCAN, N.; SHARP, J. P. Confronting representation(s). *Environment and Planning D. Society and Space*, v. 11, n. 4, p. 473-486, 1993.

EDENSOR, T. Defamiliarizing the mundane roadscape. *Space & Culture*, v. 6, n. 2, p. 151-168, 2003.

_____. Waste matter – the debris of industrial ruins and the disordering of the material world. *Journal of Material Culture*, v. 10, n. 3, p. 311-332, 2005.

ENGELMANN, S. More-than-human affinitive listening. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n. 1, p. 76-79, 2015.

ESCOBAR, A. The “ontological turn” in social theory. A commentary on “human geography without scale” by Sallie Marston, John Paul Jones II and Keith Woodward. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v. 32, n. 1, p. 106-111, 2007.

FEATHERSTONE, D. On assemblage and articulation. *Area*, v. 43, n. 2, p. 139-142, 2011.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FULLER, H. Father of the nation: Ghanaian nationalism, internationalism and the political iconography of Kwame Nkrumah, 1957-2010. *African Studies Quarterly*, v. 16, n. 1, p. 33-70, 2015.

GIBBS, L. M. Water places: cultural, social and the more-than-human geographies of nature. *Scottish Geographical Journal*, v. 125, n. 3-4, p. 361-369, 2009.

GIBSON, J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton-Mifflin, 1979.

HALINK, S. The Icelandic mythscapes: sagas, landscape and national identity. *National Identities*, v. 16, n. 3, p. 209-233, 2014.

HAMMETT, D. From banal to everyday nationalism: narrations of nationhood. *Geography*, v. 106, n. 1, p. 16-24, 2021.

HAYWARD, P. Aquapelagos and aquapelagic assemblages. *Shima*, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2012.

HUNTINGTON, S. *O choque das civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUTTA, J. S. The affective life of semiotics. *Geographica Helvetica*, v. 70, n. 4, p. 295-309, 2015.

IÇDUYGU, A.; ROMANO, D.; SIRKECI, I. The ethnic question in an environmental of insecurity: the kurds in Turkey. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 6, p. 991-1010, 1999.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JASKULOWSKI, K. The magic of the national flag. *Ethnic and Racial Studies*, v. 39, n. 4, p. 557-573, 2016.

JONES, M. Phase space: geography, relational thinking, and beyond. *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 4, p. 487-506, 2009.

KEOHANE, R. O.; NYE Jr., J. S. *Power and interdependence*. Nova York: Longman, 2012.

LATOURE, B. On actor-network theory: a few clarifications. *Soziale Welt*, v. 47, i. 4, p. 369-381, 1996.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems Practice*, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LEIB, J. Identity, banal nationalism, contestation, and North American license plates. *The Geographical Review*, v. 101, n. 1, p. 37-52, 2011.

LUKINBEAL, C. Cinematic landscapes. *Journal of Cultural Geography*, v. 23, n. 1, p. 3-22, 2005.

MACPHERSON, H. Non-representational approaches to body-landscape relations. *Geography Compass*, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2010.

MARSH, J. Postcard landscapes: an exploration in method. *Canadian Geographer*, v. 29, n. 3, p. 265-267, 1985.

MCFARLANE, C. Translocal assemblages: space, power and social movements. *Geoforum*, v. 40, n. 4, p. 561-567, 2009.

MEREDITH, T. The upper Columbia Valley, 1900-1920: an assessment of "boosterism" and the "biography of landscape". *Canadian Geographer*, n. 29, v. 1, p. 44-55, 1985.

MITCHELL, D. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v. 20, n. 1, p. 102-116, 1995.

MÜLLER, M.; SCHURR, C. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v. 41, n. 3, p. 217-229, 2016.

NOBRE, J. C. A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. *Cadernos UniFOA*, n. 14, p. 47-56, 2010.

OHMAE, K. *O fim do estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. 52, n. 106, p. 159-168, 2017.

_____. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. 53, n. 107, p. 159-168, 2018.

PENROSE, J. Nation. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.) *International encyclopedia of human geography*. Oxford: Elsevier, 2009. p. 223-228.

_____. Designing the nation. Banknotes, banal nationalism and alternative conceptions of the state. *Political Geography*, v. 30, n. 8, p. 429-440, 2011.

PILE, S. Emotions and affect in recent human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v. 35, n. 1, p. 5-20, 2010.

PITT, H. On showing and being shown plants – a guide to methods for more-than-human geography. *Area*, v. 47, n. 1, p. 48-55, 2015.

RAENTO, P.; BRUNN, S. D. Picturing a nation: Finland on postage stamps 1917-2000. *National Identities*, v. 10, n. 1, p. 49-75, 2008.

RENAN, E. What is nation? In: BHABHA, H. K. *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990. p. 8-22.

RIDING, J.; DAHLMAN, C. T. Montage space: borderlands, micronations, terra nullius, and the imperialism of the geographical imagination. *Dialogues in Human Geography*, v. 12, n. 2, p. 278-301, 2022.

RIESTO, S. *et al.* Plans for uncertain futures heritage and climate imaginaries in coastal climate adaptation. *International Journal of Heritage Studies*, p. 1-18, 2021.

ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. *Progress in Human Geography*, v. 10, n. 4, p. 580-586, 1986.

SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEEMANN, J. O fim das representações na geografia cultural? In: ROMANCINI, S. R.; ROSSETTO, O. C.; DALLA NORA, G. (orgs.). *As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015. p. 37-57.

SILVA, L. L. S. O desafio do novo mundo à geopolítica clássica. *Caminhos da Geografia*, v. 19, n. 65, p. 257-268, 2018.

_____. Paisagem entre textos e intertextos. *Tamoios*, v. 17, n. 21, p. 129-147, 2021.

_____. Uma geografia do que acontece. *Revista Geográfica Acadêmica*, v. 16, n. 2, p. 72-85, 2022.

_____; SILVA, L. S. R. Paisagem: o arcabouço da nação. *Revista de Geopolítica*, v. 13, n. 2, p. 1-17, 2022.

_____. Elucidando as teorias não-representacionais. *Geotemas*, v. 13, n. 1, e02301, p. 1-20, 2023.

Jörn Seemann, Leonardo Luiz Silveira da Silva e Alfredo Costa

SMITH, A. D. The shifting landscapes of “nationalism”. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, v. 8, n. 2, p. 317-330, 2008.

STEPHENS, A. C. The affective atmospheres of nationalism. *Cultural Geographies*, v. 23, i. 2, p. 181-198, 2016.

SUMARTOJO, S. Commemorative atmospheres: memorial sites, collective events and the experience of national identity. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 41, i. 4, p. 541-553, 2016.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THRIFT, N. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. *Geografiska Annaler*, v. 86, n. 1, p. 57-78, 2004.

_____. *Non-representational theory: space/politics/affect*. Londres: Routledge, 2008.

VAN EEDEN, J. Surveying the “empty land” in selected South African landscape post-cards. *International Journal of Tourism Research*, v. 13, n. 6 p. 600-612, 2011.

VANNINI, P. Non-representational research methodologies: an introduction. In: VANNINI, P. *Non-representational methodologies: re-envisioning research*. Nova York: Routledge, 2015a. p. 1-18.

_____. Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. *Cultural Geographies*, v. 22, n. 2, p. 317-327, 2015b.

VENN, C. A note on assemblage. *Theory, Culture & Society*, v. 23, n. 2-3, p. 107-108, 2006.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

YUMUL, A.; ÖZKIRIMLI, U. Reproducing the nation: “banal nationalism” in the Turkish press. *Media, Culture & Society*, v. 22, n. 6, p. 787-804, 2000.

ZARA, C. Venice in Vanarasi: Fluid landscapes, aesthetic encounters and the unexpected geographies of tourist representation. *Shima*, v. 15, n. 1, p. 225-255, 2021.

Recebido em: 28/02/2023. Aceito em: 16/10/2023.

Notas

¹ “Nation is one of the most used and least understood words in the English language. Ironically, a good part of the power and resilience of what are called nations stems from the ambiguity associated with the concept of nation over time and in both academic and everyday realms.”

² Ao propor a ampliação da noção de agência, a teoria ator-rede desenvolvida nos anos 1980, possui, como foi anunciado, franca interação frente às TNR. Como a cronologia nos permite considerar, certamente a teoria ator-rede contribuiu para o desenvolvimento do arcabouço das TNR. Todavia, enquanto a teoria ator-rede (TAR) defende a simetria entre a agência humana e não humana (LAW, 1992), as TNR tendem a enfatizar “as práticas expressivas dos homens como as mais indicativas da fluidez e da perturbação da vida cotidiana” (CADMAN, 2009, p. 3). A TAR trata a consideração acerca da dominância da agência humana ou não humana sobre a rede como um reducionismo. No contexto da ordem social, essas agências humana e não humana estão entrelaçadas de forma indissociável (LAW, 1992). “Pensar, agir, escrever, amar, ganhar – todos estes atributos que nós normalmente associamos aos seres humanos, são gerados em redes que passam através e se ramificam com e por intermédio do corpo” (LAW, 1992, p.384). Para aprofundar a leitura sobre TAR, ver Latour (1996), Mcfarlane (2009), Nobre e Pedro (2010) e Allen (2011).

³ “(...) attempt to invent new ways of addressing fundamental social issues and, at the same time, displacing many of these issues into new areas and problems. In doing so we believe that it has multiplied ‘signs of existence’, helping to introduce all new kinds of actors, forces and entities in geographic accounts and, at the same time, aiding in the invention of new modes of writing and address new styles of performing geographic accounts.”

⁴ São exemplos de tais estudos Anderson (2005), David Bissell (2009), Leah M. Gibbs (2009), Philip Hayward (2012), Sasha Engelmann (2015), Krause e Strang (2016), Gail Adams-Hutcheson (2019), (RIESTO *et al.*, 2021) e Cristina Zara (2021).

⁵ Não há uma palavra na língua portuguesa para acertar o sentido da expressão. Originalmente, *affordance* se referia ao que o meio ambiente podia oferecer, providenciar e fornecer para animais (GIBSON, 1979, p. 127). No contexto das TNR, o termo diz respeito à relação complementar entre as qualidades de um “objeto” e a pessoa que o usa, possibilitando a ampliação das possibilidades performáticas.